



Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A.

CNPJ nº 47.184.510/0001-20

Relatório do Conselho de Administração



Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras da Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

I. Perfil

A Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A., subsidiária integral da Yasuda Marítima Seguros S.A. é uma operadora de Plano de Assistência à Saúde que atua no setor de saúde suplementar oferecendo aos seus consumidores planos de assistência à saúde, e está constituída nos termos da Lei 10.185 de 12 de fevereiro de 2001, na categoria de seguradora especializada em saúde. Atua preponderantemente no segmento corporativo com planos não patrocinados, porém, possui uma carteira de seguros individuais que está em *Run-Off*.

II. Planejamento Estratégico

O mercado de seguros Brasileiro continua sendo um dos mais promissores do mundo em termos de crescimento e potencial de rentabilidade. Para continuar destacando-se nesse mercado cada dia mais competitivo, a Yasuda Marítima Saúde Seguros, orientada pelos direcionadores estratégicos da Sompō Holdings, revisou sua Missão, Visão de Futuro, Cultura Organizacional e Valores. Desta forma a Companhia perseguirá as seguintes prioridades estratégicas durante os próximos anos:

- Ser a seguradora preferida na escolha dos clientes, com crescimento sustentável;
- Aumentar participação de mercado;
- Maximizar rentabilidade;
- Se tornar uma das melhores empresas para se trabalhar.

Esses objetivos serão alcançados com o compromisso da Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. em **gerar bem estar e proteção** à sociedade provendo serviços da mais alta qualidade.

III. Governança Corporativa

A Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. continua desenvolvendo esforços no sentido de fortalecer cada vez mais a sua Governança Corporativa. Para

garantir a eficácia em seus processos, a Companhia conta com uma estrutura que tem como principais responsabilidades: (i) O fortalecimento de uma estrutura de Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos; (ii) Auditoria Interna com o objetivo principal de efetuar testes de aderência dos controles internos mapeados; (iii) Manutenção de vários comitês visando o aprimoramento e realizações de estudos internos para apoiar a tomada de decisões de forma conjunta, bem como, cumprir as práticas de governança e o acompanhamento dos resultados.

Ouidoria: a Ouvidoria na Companhia tornou-se um importante canal de comunicação onde os segurados e corretores podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, contribuindo assim para a melhoria e o aperfeiçoamento de processos internos e aprimorando o atendimento da Companhia. A área visa atender as dúvidas, reclamações e ser mediadora dos conflitos entre consumidor e/ou segurado e a Companhia, propondo recomendações para mitigar novos conflitos.

Código de Ética: Visa nortear as atividades da Companhia coibindo as práticas desleais e abusos de poder nas relações de consumo. A fim de fortalecer as relações de confiança, honestidade e respeito. A Companhia mantém atividades para disseminação, treinamentos, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento aos preceitos do Código de Ética pelos seus colaboradores.

Canal de Denúncias: Os Canais de Denúncia da Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A., têm como objetivo receber denúncias diretas ou anônimas, relacionadas à violação ao Código de Ética, operações suspeitas de fraude e dos crimes de lavagem de dinheiro, além de informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Operadora. Os Canais de Denúncia estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores e outros interessados. A denúncia pode ser realizada através de telefone (0800153156), *intranet* e *internet* ou por *email* (*fraude@yasudamaritima.com.br*), sendo garantido o anonimato ao denunciante.

IV. Desempenho Econômico

No ano de 2015 a Companhia apresentou redução em Contraprestações

Retidas de 1,2% em relação ao ano de 2014. O desempenho foi impactado, principalmente, por fatores externos como o PIB, que deverá ter uma redução em torno de 4,00%. A seguir demonstramos os principais indicadores econômicos da Yasuda Marítima Saúde Seguros:

Contraprestações Retidas: A Yasuda Marítima Saúde Seguros apresenta decréscimo de 1,2% em contraprestações retidas no ano de 2015, em comparação ao mesmo período do ano anterior, decorrente, principalmente, dos fatores externos como aumento do desemprego e retração da atividade econômica.

A Companhia possui em sua carteira produtos de Seguro Saúde Individual e Empresarial, porém não comercializa mais o produto de Seguro Saúde Individual que encontra-se em *Run-Off*. A carteira encontra-se estrategicamente distribuída na Capital de São Paulo (além de algumas cidades do interior do Estado), e nas capitais dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Lucro líquido: A Companhia encerrou o ano de 2015 com Lucro Líquido de R\$ 5,1 milhões, 6,4% superior ao período do ano anterior.

Índice combinado: Percentual obtido pelo total de gastos com eventos indenizáveis líquidos / sinistros retidos, despesas de comercialização, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre o montante de contraprestações efetivas/prêmios ganhos. Esse indicador apresentou piora de 0,5 ponto percentual, passando de 103,7% em 2014 para 104,2% em 2015.

V. Recursos Humanos

A Companhia encerrou ano de 2015 com 274 funcionários na Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				Passivo			
Circulante		185.317	186.059	Circulante		130.809	126.876
Disponível		2.317	968	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	115.009	112.932
Realizável a Curto Prazo		183.000	185.091	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG		5.992	4.500
Aplicações Financeiras	4	157.251	154.294	Provisão para remissão		-	1.341
Aplicações Vinculadas às provisões técnicas		99.678	92.794	Provisão de sinistros a liquidar		41.830	43.546
Aplicações não vinculadas		57.573	61.500	Provisão de sinistros a liquidar SUS		10.773	8.750
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		10.440	16.147	Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		56.414	54.795
Prêmio a receber	5	2.917	5.556	Débitos de operações de assistência à saúde		907	812
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		7.523	10.591	Obrigações por recebimento de prêmios faturados antecipadamente		193	359
Despesas de comercialização diferidas		869	2.918	Comercialização sobre operações		714	453
Créditos tributários e previdenciários	6	10.261	10.329	Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		14.893	13.132
Bens e títulos a receber	7	3.923	1.266	Obrigações com pessoal	11	2.105	1.997
Despesas antecipadas		256	137	Tributos e encargos sociais a recolher	14	1.909	2.079
Ativo não circulante		135.275	122.065	Provisões para imposto de renda e contribuição social	14	5.983	5.036
Realizável a longo prazo		128.144	114.932	Débitos diversos	11	4.896	4.020
Aplicações	4	79.702	76.046	Passivo não circulante		25.046	21.495
Aplicações Vinculadas às provisões técnicas		56.695	42.303	Provisões judiciais	15	24.519	21.155
Aplicações Não Vinculadas		23.007	33.743	Provisões para tributos diferidos	14.1	527	340
Créditos tributários e previdenciários	6	20.944	15.746	Patrimônio líquido		164.737	159.753
Depósitos judiciais e fiscais	8	27.498	23.140	Capital social		94.608	94.608
Imobilizado		9	4.724	Reservas de lucros		70.179	65.184
Bens móveis - Não hospitalares/não odontológicos		4.724	3.914	Ajuste de avaliação patrimonial		(50)	(39)
Intangível		10	2.407	Total do passivo e do patrimônio líquido		320.592	308.124
Total do ativo		320.592	308.124				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de operações com plano de assistência à saúde		17.1	556.256
Contraprestações líquidas/prêmios retidos		558.716	565.267
Varição das provisões técnicas de Operações de assistências à Saúde		(151)	(731)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(2.309)	(3.472)
Eventos indenizáveis líquidos/sinistros Retidos		17.3	(482.267)
Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados		(519.558)	(547.701)
Recuperação de sinistros indenizáveis		38.910	77.103
Varição da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados		(1.619)	(7.878)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		73.999	82.588
Resultado bruto		73.999	82.588
Despesas de comercialização	17.4	(36.764)	(39.119)
Despesas administrativas	17.6	(53.522)	(57.116)
Outras receitas operacionais		338	385
Outras despesas operacionais		17.5	(7.205)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.456)	(3.438)
Outras		(5.749)	(3.806)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(23.164)	(20.506)
Resultado financeiro líquido		17.7	30.184
Receitas financeiras		32.520	24.891
Despesas financeiras		(2.336)	(2.203)
Resultado operacional		7.020	2.182
Resultado Patrimonial		17.8	1
Receitas Patrimoniais		1	6.105
Ganhos e perdas com ativos não correntes		-	(4)
Lucro antes dos impostos e participações		7.021	8.283
Imposto de renda	18	(1.582)	(1.884)
Contribuição social	18	409	(1.167)
Participações no resultado		(779)	(469)
Lucro líquido		5.069	4.763
Quantidade de ações		3.094.257	3.094.257
Lucro líquido no exercício por ação		1.64	1.54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	5.069	4.763
Varição no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(27)	(40)
Imposto de renda e contribuição social	16	16
	(11)	(24)
Resultados abrangentes total	5.058	4.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Atividades operacionais				Caixa líquido gerado/(Consumido) nas atividades de investimento		(1.139)	3.842				
Lucro líquido do exercício		5.069	4.763	Atividades de financiamento		-	20.000				
Ajustes para:				Dividendos capitalizados		1.130	-				
Depreciação	9	329	240	Dividendos propostos		(1.204)	(1.130)				
Amortização de ativos intangíveis	10	812	812	Caixa Líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento		(74)	18.870				
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	17.5	1.456	3.438	Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa		1.349	(7.598)				
Ajustes de avaliação patrimonial		(11)	(24)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		968	8.566				
Lucro líquido ajustado		7.655	9.229	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.317	968				
Aplicações	4	(6.613)	(36.156)	Aumento/(diminuição) líquido de caixa e bancos		1.349	(7.598)				
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		4.252	(9.173)								
Despesas diferidas		2.049	(1.763)								
Créditos tributários e previdenciários	6	(5.130)	924								
Bens e títulos a receber	7	(2.657)	(950)								
Despesas antecipadas		(119)	-								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A., doravante referida, também como "Companhia" ou "Seguradora", tem por objeto social a exploração das operações de seguro saúde, tendo sido constituída nos termos da Lei nº 10.185 de 12 de fevereiro de 2001. A Companhia é uma entidade de capital fechado e domiciliada no Brasil cujo escritório principal é situado na Rua Cubatão, 320, 9º andar, São Paulo. A companhia é subsidiária integral da Yasuda Marítima Seguros S.A. Suas operações são conduzidas de forma integrada com a sua Controladora Yasuda Marítima Seguros S.A. com a qual compartilha parcela significativa da estrutura administrativa e operacional e cujos custos são atribuídos a cada empresa, segundo critérios estabelecidos pela Administração. Em 29 de outubro de 2014, reunidos em assembleia geral extraordinária o acionista da Marítima Saúde Seguros S.A. aprovou a alteração da denominação social para Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. **2. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa Nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações emanadas pelas Resoluções Normativas de

Nº 314 de 28 de novembro de 2012, Nº 322 de 28 de março de 2013 e Nº 344 de 20 de dezembro de 2013. Na data de publicação dessas demonstrações financeiras a ANS ainda não havia referendado o pronunciamento técnico CPC11 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. e pelo Conselho de Administração da sua Controladora em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2016. A Demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto conforme faculdade concedida pela RN 322/13 da ANS. **2.1. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, exceto quando indicado, as informações estão apresentadas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabe-

leça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para o estabelecimento dos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 3 e as listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro. • Nota 4 - Aplicações; • Nota 12 - Provisões técnicas; • Nota 15 - Provisões judiciais. Os saldos desses itens das demonstrações financeiras são determinados com base em estimativas e premissas, e estão sujeitos a ajustes no próximo exercício financeiro. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Reconhecimento e mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros saúde são reconhecidos no resultado ao longo do período de vigência do risco coberto. Os prêmios de seguros que tem emissão antecipada ao período de cobertura de risco são mantidos em

continua *

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

conta patrimonial retificadora da conta de prêmios a receber até o início do período de cobertura do risco. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a provisão para redução ao valor recuperável era calculada através da análise coletiva de direitos creditórios, suportado por estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia conclui que a melhor estimativa para a mensuração da provisão para redução ao valor recuperável é a calculada conforme os critérios definidos pela RN 322/13. Os referidos critérios levam em consideração, principalmente, a quantidade de dias de atraso dos prêmios a receber. **3.2. Despesas de comercialização:** As despesas de comercialização diferidas são registradas quando da emissão das apólices ou faturas e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são recursos financeiros disponíveis em caixa ou em depósitos bancários com liquidez imediata. Esta disponibilidade tem como principal função, atender às necessidades de curtíssimo prazo, ou seja, necessidades com prazos inferiores a 1 mês (30 dias). **3.4. Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial de acordo com as seguintes categorias: • Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mantidos até o vencimento; • Ativos disponíveis para a venda; e • Empréstimos e recebíveis. **3.5. Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros:** A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento do seu fluxo de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: i. **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros designados nesta categoria são reconhecidos pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. ii. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Os ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento, caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento. A Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado nessa categoria em 31 de dezembro de 2015 e 2014. iii. **Ativos financeiros disponíveis para a venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos pelo seu valor justo. Os efeitos da variação do valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Quando um investimento classificado nessa categoria é negociado, os ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido são apropriados para o resultado do exercício. Um declínio significativo ou uma perda por um período prolongado no valor justo dos ativos financeiros classificados nessa categoria é transferido do resultado abrangente para o resultado do exercício. iv. **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os "Prêmios a receber". **3.6. Determinação do valor justo:** Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Companhia adota a seguinte prática: **3.6.1. Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos):** O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: • Para os Certificado de Depósito Bancário (CDB's) pós-fixados e Letras Financeiras (LF's) cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera também as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda; • Para os CDB's com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação; • Para as Letras Financeiras com rendimento pós-fixado indexado a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo a precificação considera três componentes principais: (i) Variação do índice IPCA; (ii) taxa fixa contratada e (iii) o valor justo na data da negociação. **3.6.2. Títulos públicos:** O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **3.6.3. Quotas de fundos de investimentos:** O valor unitário da quota dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. **3.7. Recuperabilidade de ativos financeiros:** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros de acordo com as classes abaixo: • Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos quaisquer perdas registradas previamente, é removida do patrimônio líquido e reconhecida no resultado do período; • Para prêmios a receber é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, conforme mencionado na nota explicativa 3.1. **3.8. Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para a recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **3.9. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis máquinas e utensílios utilizados para a condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **Softwares** de informática adquiridos que sejam parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Estes custos são amortizados as mesmas taxas dos equipamentos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período dentro do grupo "Ganhos e perdas com ativos não correntes". Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. Os ativos imobilizados são amortizados por taxas mencionadas na nota explicativa nº 9. **3.10. Intangível:** Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática que são controlados pela Companhia, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos com planejamento, definição de hardware, especificações de software, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados por taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. **3.11. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução Normativa (RN) nº 209, de 22 de dezembro de 2009 da ANS e alterações posteriores, com base em critérios, parâmetros e fórmulas, documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas (PPNG) é constituída com base nas contraprestações apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário "pro-rata-die" do período de cobertura individual de cada contrato em pré-pagamento, a partir do primeiro dia de cobertura, e é constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para garantia de eventos/sinistros já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não liquidados. A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. A Provisão para Remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações/prêmios, referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. Outras Provisões Técnicas (OPT) - se necessárias, serão constituídas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que substanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP e aprovadas pela DIOPE, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido era calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e a partir de 01 setembro de 2015, de acordo com a lei 13.169/2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os tributos diferidos são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/15 que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro de empresas de seguros a partir de 1 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL. (Vide Nota 7.1). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **3.13. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: Benefícios de curto prazo, tais como ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Benefícios por desligamento: Os benefícios monetários são reconhecidos no momento do desligamento. Adicionalmente, a Companhia concede benefícios de seguro saúde para ex-funcionários e para diretores, por prazo determinado na Convenção Sindical. O custo esperado destes benefícios é mensurado com base em premissas atuariais que levam em consideração a idade e sobrevivência dos beneficiários e históricos médicos de utilização de serviços hospitalares, e são registrados contabilmente como despesas administrativas. **3.13.1. Aposentadoria:** A Companhia oferece aos seus funcionários planos de benefícios de aposentadoria e pensão na modalidade "contribuição definida". Um plano de contribuição definida é um plano pelo qual o montante acumulado de contribuições aportadas será convertido em benefício, temporário, na data de saída proposta para a aposentadoria. As contribuições efetuadas no período foram reconhecidas como despesas no resultado do exercício. **3.14. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

4. Aplicações (Ativos financeiros):

	2015		2014	
Ativos financeiros				
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	93.409	39%	115.525	50,15%
Ativos financeiros disponíveis para venda	143.544	61%	114.815	49,85%
Total do circulante e não circulante	236.953	100%	230.340	100,00%

4.1. Resumo das aplicações:

Taxa de juros contratada	2015		2014	
	Valor do investimento atualizado	Percentual	Valor do investimento atualizado	Percentual
Títulos a valor justo por meio do resultado	93.409	39,42%	115.525	50,15%
Quotas de fundos de investimentos abertos	55.572	23,45%	82.119	35,65%
Títulos públicos federais - LFT	37.837	15,97%	33.406	14,50%
Ativos financeiros disponíveis para venda	143.544	60,58%	114.815	49,85%
Títulos públicos federais - LFT e LTN	87.862	37,08%	83.223	36,13%
Títulos privados - CDB e letras financeiras	55.682	23,50%	31.592	13,72%
Total	236.953	100,00%	230.340	100,00%

4.2. Abertura por vencimento: Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título.

Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão registrados contabilmente no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	2015			
	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Total
Aplicações financeiras				
Valor Justo por meio do resultado	93.409	-	-	93.409
Títulos Públicos federais	37.837	-	-	37.837
Quotas de fundos de investimentos abertos	55.572	-	-	55.572
Disponível para venda	63.842	23.485	56.217	143.544
Títulos públicos federais	24.413	7.232	56.217	87.862
Títulos privados - Certificados de Depósito Bancários	39.429	6.515	-	45.944
Títulos privados - Letras Financeiras	-	9.738	-	9.738
Total circulante e não circulante	157.251	23.485	56.217	236.953

	2014			
	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Total
Aplicações financeiras				
Valor justo por meio do resultado	115.525	-	-	115.525
Títulos Públicos federais	33.406	-	-	33.406
Quotas de fundos de investimentos abertos	82.119	-	-	82.119
Disponível para venda	38.769	4.063	71.983	114.815
Títulos Públicos federais	7.177	4.063	71.983	83.223
Títulos Privados - Certificados de Depósito Bancários	31.592	-	-	31.592
Total circulante e não circulante	154.294	4.063	71.983	230.340

4.3. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

	2015			2014		
	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo/contábil	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor justo	Valor justo/contábil
Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado						
Quotas de fundos de investimentos abertos	55.572	-	55.572	82.119	-	82.119
Títulos Públicos Federais	37.880	(43)	37.837	33.465	(59)	33.406
Total circulante e não circulante	93.452	(43)	93.409	115.584	(59)	115.525

4.4. Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2015			2014		
	Valor do custo atualizado	Ganhos e perdas não realizados	Valor justo/contábil	Valor do custo atualizado	Ganhos e perdas não realizados	Valor justo/contábil
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Títulos públicos federais	87.966	(104)	87.862	83.305	(82)	83.223
Títulos Privados - Letras financeiras	9.765	(27)	9.738	31.574	18	31.592
Títulos Privados - Certificados de depósitos bancários	45.904	40	45.944	-	-	-
Total circulante e não circulante	143.635	(91)	143.544	114.879	(64)	114.815

4.5. Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros: A divulgação por nível, relacionada a mensuração do

valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; • **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	37.837	55.572	93.409	33.406	82.119	115.525
Títulos públicos federais - LFT	37.837	-	37.837	33.406	-	33.406
Valores mobiliários privados - Quotas de fundos de investimentos abertos	-	55.572	55.572	-	82.119	82.119
Títulos Privados - Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados - Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	87.862	55.682	143.544	83.223	31.592	114.815
Títulos públicos federais	87.862	-	87.862	83.223	-	83.223
Títulos Privados - Letras Financeiras	-	9.738	9.738	-	-	-
Títulos Privados - Certificados de depósitos bancários	-	45.944	45.944	-	31.592	31.592
Total	125.699	111.254	236.953	116.629	113.711	230.340

4.6. Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/14	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/15
Valor justo por meio do resultado	115.525	187.660	(224.185)	14.393	16	93.409
Títulos públicos federais - LFT	33.406	-	-	4.415	16	37.837
Quotas de fundos de investimentos abertos	82.119	187.660	(224.185)	9.978	-	55.572
Disponíveis para venda	114.815	148.151	(134.939)	15.544	(27)	143.544
Títulos Privados - CDB e Letras Financeiras	31.592	54.700	(36.100)	5.494	(4)	55.682
Títulos públicos federais - LFT e LTN	83.223	93.451	(98.839)	10.050	(23)	87.862
Total	230.340	335.811	(359.124)	29.937	(11)	236.953

5. Prêmios a receber:

	2015	2014
Movimentação dos prêmios a receber de segurados		
Prêmios a receber		
Saúde (individual)	2.873	2.401
Saúde (empresarial)	7.261	8.917
Subtotal	10.134	11.318
(-) Provisão de risco sobre crédito	(7.217)	(5.762)
Prêmios a receber de segurados líquidos de provisão	2.917	5.556
Total do ativo circulante	2.917	5.556
Movimentação dos prêmios a receber de segurados	2015	2014
Saldo de prêmios a receber em 1º de janeiro	11.318	7.618
(+) Prêmios emitidos líquidos de cancelamentos	558.716	565.267
(+) IOF sobre prêmios emitidos	12.329	12.819
(-) Recebimentos	(572.229)	(574.386)
Saldo de prêmios a receber em 31 de dezembro	10.134	11.318

continua →

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2015	2014
17.7. Receitas financeiras e despesas financeiras:	30.184	22.688
Receitas Financeiras	32.520	24.891
Rendimentos - Aplicações financeiras	29.937	22.515
Rendimentos - Títulos Públicos Federais	14.465	9.979
Rendimentos - Quotas e fundos de investimentos abertos	9.978	9.115
Rendimentos - Certificados de depósitos bancários e Letras Financeiras	5.494	3.421
TVM - Títulos Públicos Federais - Valor Justo	16	(14)
Atualização de depósitos judiciais	1.726	1.640
Outras receitas financeiras	841	750
Despesas Financeiras	(2.336)	(2.203)
Juros sobre tributos	(2.242)	(2.116)
Despesa financeira com títulos privados de renda fixa	(94)	(87)
17.8. Resultado Patrimonial:	1	6.101
Resultado na alienação com imóveis	1	6.101

	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	6.242	6.242	7.814	7.814
Ajustes temporários	8.273	8.273	5.715	5.715
Passivos Contingentes	3.768	3.768	2.211	2.211
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	(8)	(8)	14	14
Provisões para devedores duvidosos	1.456	1.456	3.438	3.438
Participação nos Lucros e Resultados	45	45	(368)	(368)
IBNR SUS	3.481	3.481	1.562	1.562
Outros ajustes temporários:	(469)	(469)	(1.142)	(1.142)
Ajustes permanentes	(554)	(554)	(686)	(686)
Outros ajustes permanentes	(554)	(554)	(686)	(686)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.961	13.961	12.843	12.843
Imposto de renda e contribuição social	(3.466)	(2.094)	(3.187)	(1.926)
Contribuição social (5%)	-	(505)	-	-
Incentivo Fiscal	84	-	77	-
Tributos diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de TVM	(2)	(2)	3	2
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.070	1.657	1.425	855
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (5%)	-	1.429	-	-
Outros ajustes	(268)	(76)	(202)	(98)
Total de imposto de renda e contribuição social	(1.582)	409	(1.884)	(1.167)

(*) A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é 18,79% (39,05% em 2014)

19. Partes relacionadas: Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: Conforme mencionado na nota 1, a Companhia utiliza-se de certos componentes da estrutura administrativa e operacional de sua Controladora. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes pagos pela Companhia à Controladora somaram R\$ 18.020 (R\$ 17.740 em 2014). As remunerações, incluindo gratificações, indenizações, encargos e benefícios pagos aos Administradores totalizaram R\$ 735 (R\$ 931 em 2014). A Companhia mantém operações com empresas ligadas a membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria Executiva que se referem principalmente a comissões e corretagens sobre vendas de seguros, cujos valores estão registrados nas rubricas "Despesas de Comercialização" e "Despesas Administrativas". Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo: **Partes Relacionadas:**

	2015		2014	
Ativo				
Controladora				
Yasuda Marítima Seguros S.A.	-	-	-	471
Transferência de estoque	-	-	-	471
Total do Ativo				471
Passivo				
Controladora				
Yasuda Marítima Seguros S.A.			1.288	1.376
Reembolso de despesas administrativas a pagar			1.288	1.376
Total do Passivo			1.288	1.376

	Receitas		Despesas	
	2015	2014	2015	2014
Demonstração do Resultado				
Controladora				
Yasuda Marítima Seguros S.A.	10.728	10.188	(18.053)	(17.757)
Recuperação de despesas administrativas	-	-	-	(18.020)
Prêmios - Seguros Saúde	10.728	10.188	-	-
Prêmios - Seguros Vida	-	-	(33)	(17)
Ligadas				
CSO Corretora de Seguros S/C Ltda.	-	-	(286)	(20)
Serviços de corretagens	-	-	(286)	(20)
Total Resultado	10.728	10.188	(18.339)	(17.777)

20. Gestão de risco de seguro e risco financeiro: A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando a variação do CDI comparada com a rentabilidade sobre o valor justo de suas aplicações. Em 31 de dezembro de 2015, o desempenho da carteira de investimentos da Yasuda Marítima Saúde Seguros atingiu 13,5% no acumulado do período, representando 102,2% do CDI que foi de 13,24%, uma redução de performance de (0,8%) em relação ao período anterior, porém, o desempenho da carteira em valores absolutos subiu devido ao aumento da taxa de juros. O CDI de 2014 acumulado foi de 10,81% o desempenho da carteira foi de 11,1% no ano, representando 103,0% do CDI. O resultado destas análises é utilizado para gestão desses riscos financeiros, para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido (em condições normais e em condições de stress). As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e, também, para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. **20.1. Gestão de risco de seguro:** A Companhia opera com contratos de seguro saúde nas modalidades: Individual, Empresarial e Pequenas e Médias Empresas (PME). O seguro Saúde Empresarial é destinado às pessoas jurídicas cujo grupo segurável compreende no mínimo 30 segurados, incluindo sócios, funcionários e seus dependentes. Nesta modalidade os segurados dispõem de uma ampla rede referenciada, contemplando médicos, laboratórios e hospitais. Além disso, os segurados podem optar pelo reembolso das despesas médico/hospitalares, dentro dos limites do plano contratado. O seguro saúde na modalidade Saúde Empresarial possui diversas categorias para contratação onde o risco de seguro passa a ser mais significativo dependendo destas categorias. Entretanto, como ferramenta de gestão de risco de seguro, pode-se optar pela inclusão de cláusulas especiais nestes contratos onde a Companhia possui o direito incondicional de aumentar prêmios futuros ou a obrigação de devolução de uma fração do prêmio aos clientes, dependendo dos índices de sinistralidade histórica ou uma fórmula pré-determinada contratualmente. O seguro saúde PME é destinado às empresas com no mínimo 2 (dois) e no máximo 29 (vinte e nove) segurados entre titulares e dependentes, sendo obrigatório o mínimo de 2 (dois) titulares. As modalidades de contratação e categorias são substancialmente similares às condições contratuais previstas na modalidade Saúde Empresarial. A carteira saúde Individual encontra-se em "run-off" e está representada por contratos emitidos em períodos passados e ainda vigentes, regulados segundo as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), garantindo todos os direitos previstos aos nossos segurados nesses contratos. A Companhia administra os riscos originados dos contratos de seguro Saúde Empresarial e PME através de sua estratégia de negociação, análise detalhada de risco e um sistema de análise e liquidação de sinistros tempestivo e criterioso. Nossa estratégia de risco leva em consideração o fato de que o risco global destes contratos esteja adequadamente diversificado em termos de porte das empresas, perfil dos segurados e uma análise criteriosa para aceitação de participantes e avaliação da qualidade do risco aceito. Para os riscos relacionados ao aumento da frequência e severidade na utilização dos planos de saúde, a Companhia adota várias medidas para mitigação desses riscos, dentre as quais destacamos: (i) na negociação contratual com seus clientes corporativos é estabelecido um limite de utilização baseado na experiência das partes. Caso esse limite seja ultrapassado, a Companhia adotará medidas de recuperação nas renovações contratuais; (ii) para melhor gerenciar a frequência e auxiliar na utilização consciente do seguro saúde, as empresas com mais de 100 vidas, podem contratar os planos com co-participação, onde o funcionário participa com uma pequena parte das despesas médico-hospitalares; (iii) a Companhia desenvolve trabalhos em conjunto com a área de recursos humanos das empresas clientes para incentivar a medicina preventiva e (iv) conta ainda com uma equipe de auditoria médica interna e externa para autorização de procedimentos mais críticos. Os índices de adesão são considerados como uma ferramenta essencial na gestão global de nossos contratos de Saúde Empresarial onde o índice de adesão não poderá ser inferior aos índices informados na tabela a seguir, onde possuímos o direito de rescisão de contratos coletivos em virtude de queda na diversificação de risco:

Número de componentes do grupo segurável	Índice mínimo de adesão	
De	Até	Manutenção do grupo segurado
30	100	100%
101	200	100%
201	300	100%
301	500	80%
501	3000	70%
3001	5000	60%
5001	Em diante	60%

20.2. Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos a Companhia utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazo. Esta abordagem está alinhada com os requerimentos de análise de liquidez requeridas pelo CPC 40 e o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e recursos de caixa necessários. **20.2.1. Gestão de Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Consequentemente, a gestão de risco de liquidez não possui tolerância ou limites para risco de liquidez, mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros em seus vencimentos. A gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

mente, a gestão de risco de liquidez não possui tolerância ou limites para risco de liquidez, mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros em seus vencimentos. A gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Fluxos de caixa contratuais em 2015						Sem vencimento determinado	Total
	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Acima de 3 anos		
Caixa e equivalentes de caixa	2.317	-	-	-	-	-	-	2.317
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	55.572	-	-	37.837	-	-	-	93.409
Título de renda fixa público	-	-	-	37.837	-	-	-	37.837
Título de renda fixa privado	55.572	-	-	-	-	-	-	55.572
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.650	20.026	22.179	11.988	54.939	24.762	-	143.544
Título de renda fixa público	-	8.605	10.725	5.084	38.686	24.762	-	87.862
Título de renda fixa privado	9.650	11.421	11.454	6.904	16.253	-	-	55.682
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	9.630	496	314	-	-	-	-	10.440
Prêmios a receber de segurados - decorrido	3.584	491	314	-	-	-	-	4.389
Outros créditos operacionais co-participação	6.046	5	-	-	-	-	-	6.051
Outros valores e bens	3.923	-	-	-	-	-	-	3.923
Outros valores	3.923	-	-	-	-	-	-	3.923
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	-	27.498
Total dos ativos financeiros	81.092	20.522	22.493	49.825	54.939	24.762	-	27.498
Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas	114.452	11	2	113	427	4	-	115.009
Débitos das operações com seguros	907	-	-	-	-	-	-	907
Comercialização sobre operações	714	-	-	-	-	-	-	714
Outros débitos	193	-	-	-	-	-	-	193
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	2.105	-	-	-	-	-	-	2.105
Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.983	-	-	-	-	-	-	5.983
Tributos e encargos sociais a recolher	1.909	-	-	-	-	-	-	1.909
Débitos diversos	4.896	-	-	-	-	-	-	4.896
Provisões judiciais	-	-	-	-	-	-	-	24.519
Total dos passivos financeiros	130.252	11	2	113	427	4	-	24.519

A alocação de passivos de seguros está no tempo segundo a melhor expectativa da Companhia quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. O conceito de gestão da Companhia define risco financeiro como risco de taxa de juros e risco de crédito. Esses riscos surgem de posições mantidas em ativos financeiros denominados títulos de renda fixa públicos e privados, e oscilações em cotas de fundos de investimento. A política de gestão de riscos financeiros da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados da Companhia de forma adversa. A Companhia possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo valor principal e juros são alterados conforme oscilações de certos índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento mantidos pela Companhia são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado a mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas em períodos futuros o valor justo destes ativos tende a subir e vice-versa. A Companhia utiliza análises de sensibilidade e testes de stress da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos financeiros. O resultado destas análises são utilizados para gestão desses riscos, para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia (em condições normais e em condições de stress). Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e a Administração da Companhia utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. A tabela apresentada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos financeiros sobre ativos e passivos financeiros da Companhia, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis, e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido.

Classes	Premissas	Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 2015	
		Resultados Abrangentes *	Resultado do Exercício
LETRA FINANCEIRA (CDI) PÓS na Taxa de Juros	Aumento de 200 bps	(1)	195
LETRAS DO TESOUREO NACIONAL (LTN) PRÉ	Aumento de 200 bps	(88)	-
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREO (LFT) PÓS	Aumento de 200 bps	-	1.961
CDB (CDI) PÓS	Aumento de 200 bps	1	914
FUNDOS DE RENDA FIXA (CDI) PÓS	Aumento de 200 bps	-	1.106
Total		(88)	4.176
Premissas		Impacto estimado para os próximos 12 meses calculados em 2015	
Classes	2015/2016	Resultados Abrangentes *	Resultado do exercício
LETRA FINANCEIRA (CDI) PÓS	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	-	(195)
LETRAS DO TESOUREO NACIONAL (LTN) PRÉ	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	35	-
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREO (LFT) PÓS	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	-	(1.961)
CDB (CDI) PÓS	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	-	(914)
FUNDOS DE RENDA FIXA (CDI) PÓS	Diminuição de 200 bps na Taxa de Juros	-	(1.106)
Total		35	(4.176)

(*) Relativo apenas a ativos financeiros classificados na categoria "disponível para venda";
 (**) Expectativa de inflação de 6,87% para 2016, conforme estimativas divulgadas pelo BACEN (Focus). Para o cálculo utilizou-se uma variação positiva e negativa de 1 p.p..

20.3. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contra-parte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Companhia. A Companhia monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contra-parte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os recursos de caixa da Companhia são mantidos e ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, seguindo as determinações da Política de Investimentos Financeiros. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios de seguros é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde, em certos casos, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação da ANS) se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração aspectos e políticas de qualidade de qualidade na aceitação de risco de seguro e, também, uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos clientes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 distribuídos por rating de crédito fornecidos por agências de rating. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem substancialmente prêmios de seguros que não possuem ratings de crédito individuais. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 distribuídos por rating de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

	2015			Sem rating	Total
	AAA	AA	A		
Ativos Financeiros / Rating	37.837	43.959	11.613	-	93.409
A valor justo por meio do resultado					
Título de Renda Fixa Público	37.837	-	-	-	37.837
Título de Renda Fixa Privado	-	43.959	11.613	-	55.572
Disponíveis para venda	100.393	40.984	2.167	-	143.544
Título de Renda Fixa Público	87.862	-	-	-	87.862
Título de Renda Fixa Privado	12.531	40.984	2.167	-	55.682
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	2.317	2.317
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	4.389	4.389
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	-	-	6.051	6.051
Total do circulante e não circulante	138.230	84.943	13.780	12.757	249.710

continua *

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados (*impaired*).

	Ativos não vencidos e não deteriorados			Ativos vencidos		Saldo contábil 31/12/2015
	0 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	de 1 ano	Provisão para perda	
Caixa e Equivalentes	2.317	-	-	-	-	2.317
Valor justo por meio do resultado	93.409	-	-	-	-	93.409
Título de Renda Fixa Público	37.837	-	-	-	-	37.837
Título de Renda Fixa Privado	55.572	-	-	-	-	55.572
Disponíveis para venda	143.544	-	-	-	-	143.544
Título de Renda Fixa Público	87.862	-	-	-	-	87.862
Título de Renda Fixa Privado	55.682	-	-	-	-	55.682
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.074	8.556	1.754	2.095	4.178	10.440
Prêmios a receber de segurados	1.074	2.510	1.706	2.020	2.824	4.389
Outros créditos operacionais	-	6.046	48	75	1.354	6.051
Outros valores e bens	3.923	-	-	-	-	3.923
Outros valores	3.923	-	-	-	-	3.923
Depósitos judiciais e fiscais	27.498	-	-	-	-	27.498
Total do circulante e não circulante	271.765	8.556	1.754	2.095	4.178	281.131

20.4. Gestão de risco de capital: A Yasuda Marítima Saúde Seguros executa a gestão de risco do capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo critérios de exigibilidade emitidos pela ANS, definido como Margem de Solvência. Em 07 de abril de 2015 a Resolução Normativa nº 373 revoga a Resolução Normativa RN nº 209, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de

planos privados de assistência à saúde. Tanto a estratégia como modelo utilizado são considerados pela Administração, como capital regulatório e econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia. A estratégia de gestão de risco do capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Companhia através da otimização de ambos os níveis e diversificação das fontes de capital disponíveis, e de manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como

parte da revisão do planejamento estratégico, periódico da Companhia, Comitês de planejamento financeiro e orçamentário. Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) Manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios mínimos determinados pela ANS; e (ii) Otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, a Companhia não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. A tabela apresentada a seguir demonstra o cálculo de nosso capital mínimo regulatório em 31 de dezembro de 2015.

Gestão de risco de capital

	2015
Patrimônio líquido contábil	164.737
Obrigações legais com circulantes (provisões fiscais)	13.839
(-) Despesas de comercialização diferidas	(869)
(-) Despesas antecipadas	(255)
(-) Ativos intangíveis	(2.407)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	175.405
Parte A	
(A) Prêmios (últimos 36 meses)	1.637.509
(A) 36 meses Prêmio Retido Anual (0,2)	109.167
(A) Sinistros (últimos 60 meses)	2.069.749
(A) 60 meses Sinistro Retido Anual (0,33)	136.603
Parte B	
(B) Prêmios (últimos 12 meses)	558.716
(B) 12 meses Prêmio Retido Anual (0,2)	111.743
(B) Sinistros (últimos 36 meses)	1.383.605
(B) 36 meses Sinistro Retido Anual (0,33)	152.197
(C) Margem de Solvência	144.400
SUFICIÊNCIA	30.645

Conselho de Administração

Hiroaki Kawabe - Presidente
Atsushi Yasuda
Francisco Caiuby Vidigal Filho

Contador

Ivan Fernando dos Santos - CRC SP269845/O-8

Diretoria

Francisco Caiuby Vidigal Filho - Diretor Presidente
Sven Robert Will - Diretor Executivo

Mário Jorge Pereira - Diretor Executivo
Farid Eid Filho - Diretor Executivo

Atuário

Duarte Marinho Vieira - MIBA 1112

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas financeiras e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Yasuda Marítima Saúde Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.



Building a better working world

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3

**HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A.**

CNPJ/MF nº 53.518.684/0001-84 - NIRE 3530045040-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DATA, HORA E LOCAL: 17 de dezembro de 2015, iniciada às 12 horas, na sede social da HSBC Leasing Arrendamento Mercantil (Brasil) S.A., localizada na Rua Funchal 160, Condomínio São Paulo Corporate Towers, Sub-Condomínio Torre Norte, 19º andar, conjunto 191A, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **PRESEÇA:** acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas". **CONVOCAÇÃO:** dispensada a publicação do Edital de Convocação na forma do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, com alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Presidente: Paulo Renato Steiner e Secretário: Hélio Rocholli. **ORDEM DO DIA:** (a) lavrar a ata na forma sumária; (b) re-regularizar as deliberações tomadas pela única acionista na Assembleia Geral Extraordinária do dia 18 de Novembro de 2015, às 11 horas, para reestabelecer todos os pleitos efetivos das deliberações ali tomadas; e (c) consolidar o Estatuto Social. **QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** as deliberações foram aprovadas pela única acionista. **DELIBERAÇÕES:** (a) Aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do § 1º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações; (b) Tendo em vista a suspensão da eficácia das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de novembro de 2015, às 11:00 horas, conforme deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 2015, às 10:00 horas, delibera a única acionista neste ato re-regularizar todas as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária do dia 18 de novembro de 2015, às 11:00 horas, para reestabelecer em sua plenitude os efeitos de todas as deliberações ali tomadas, com exato e idêntico teor; e (c) Aprovar a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata. **LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pedisse, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: Paulo Renato Steiner e Secretário da Mesa: Hélio Rocholli; Acionista: HSBC Brasil Holding S.A., representada na forma de seu Estatuto Social, por seus Diretores, Srs. Martin Eduardo Peusner e Marco Antônio Martins de Araújo Filho. São Paulo (SP), 17 de dezembro de 2015. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Hélio Rocholli** - Secretário.

ANEXO I - HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento - CNPJ/MF 53.518.684/0001-84 - NIRE 3530045040-0 - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - Denominação, Objeto Social, Prazo de Duração e Sede: Artigo 1º - HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento ("Companhia"), é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas atividades se regem pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º - A Companhia tem como objeto social a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, atuar como escritório de representação de instituições financeiras sediadas no exterior, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capitais, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A Companhia poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil. **Parágrafo Único -** É vedado à Companhia coobrigar-se por aceite, aval, fiança ou qualquer outra modalidade de garantia, excetuando-se, somente, eventuais coobrigações decorrentes de cessões de créditos admitidas no artigo 21 do Regulamento anexo à Resolução nº 980 do Banco Central do Brasil. **Artigo 3º -** A Companhia, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro na Rua Funchal 160, Condomínio São Paulo Corporate Towers, Sub-Condomínio Torre Norte, 19º andar, conjunto 191A, Vila Olímpia, CEP 04551-060, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, poderá abrir ou suprimir filiais, agências ou dependências em qualquer ponto do território nacional, bem como nomear e destituir agentes ou representantes, por simples deliberação de sua Diretoria. **CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 4º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 775.276.900,13 (setecentos e setenta e cinco milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos reais e treze centavos), dividido em 475.120.534 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte mil, quinhentas e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Único -** A cada ação, que é indivisível em relação à Companhia, corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **CAPÍTULO III - Da Assembleia Geral: Artigo 5º -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro de 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, obediência a legislação em vigor. **Parágrafo Único -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em Lei, serão tomadas mediante a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. **Artigo 6º -** A Assembleia Geral será instalada e presidida por um Diretor escolhido pelo acionista controlador, o qual escolherá o Secretário. **Parágrafo Único -** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, na forma da legislação vigente. **CAPÍTULO IV - Da Administração: Artigo 7º -** A Administração da Companhia competirá à Diretoria. **Artigo 8º -** A Diretoria será constituída de, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais sem designação especial, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, e será prorrogado automaticamente até a eleição e posse dos seus sucessores. **Parágrafo 2º -** A investidura no cargo far-se-á por termo de posse lavrado no Livro de Reuniões da Diretoria, ficando condicionada a entrada no exercício das funções à homologação pelas autoridades competentes. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 9º -** A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização**

de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Companhia, podendo inclusive, adquirir ou alienar, hipotecar, empenhar, ou de qualquer forma, onerar os bens da Companhia. **Artigo 10 -** Além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei e por este Estatuto, e observadas as regras de representação previstas neste Estatuto, competirá à Diretoria: **a)** cumprir e fazer cumprir as disposições legais deste Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral; **b)** aprovar o orçamento da Companhia e planos anuais de investimentos; **c)** elaborar o relatório anual e as demonstrações financeiras da Companhia, assim como a proposta de destinação dos lucros sociais; **d)** aprovar balancetes periódicos; e **e)** aprovar a celebração de operações fora do curso normal de negócios com partes relacionadas. **Parágrafo 1º -** A Diretoria se reunirá mediante convocação feita na forma do Parágrafo 2º, abaixo, com a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros. **Parágrafo 2º -** As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor, mediante comunicação escrita aos demais Diretores, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas), a qual poderá ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Diretores, ou ainda, na hipótese de o(s) Diretor(es) ausente(s), manifestar (em), por escrito, sua concordância com aquela dispensa. **Parágrafo 3º -** As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes, admitido o envio de voto, por escrito, do(s) Diretor(es) ausente(s). **Parágrafo 4º -** As deliberações da Diretoria serão lavradas em atas constantes do Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 11 -** Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a representação da Companhia em atos que importem em responsabilidade ou obrigação ou que onerem a Companhia de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticados: (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, constituído com poderes especiais e expressos; ou (iii) por 2 (dois) procuradores em conjunto, constituídos com poderes especiais e expressos. **Parágrafo 1º -** Todos os mandatos serão outorgados por prazo de validade limitada não superior a 1 (um) ano, salvo os judiciais. **Parágrafo 2º -** Nos atos de constituição ou destituição de procurador ou procuradores, a Companhia será representada por dois Diretores. **Parágrafo 3º -** Para o fim de representação da Companhia em juízo e perante repartições federais, estaduais e municipais ou, ainda, para representação da Companhia no exterior, bem como em Assembleias Gerais de acionistas ou cotistas ou Reuniões de Sócios de sociedades ou fundos de investimento de que a Companhia participe, os poderes poderão ser outorgados a somente 1 (um) procurador com poderes especiais e expressos. **Artigo 12 -** A Assembleia Geral fixará a remuneração global dos Diretores, a ser distribuída entre os mesmos conforme deliberação dos Diretores, respeitadas as normas do Banco Central do Brasil. **Artigo 13 -** Em suas faltas e impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos uns pelos outros, conforme determinação da Diretoria. **Artigo 14 -** Em caso de vaga do cargo de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para preencher o cargo vago, cabendo ao Diretor ao qual incumbiria substituí-lo, na forma do Artigo precedente, exercer interinamente suas funções. **CAPÍTULO V - Conselho Fiscal: Artigo 15 -** O Conselho Fiscal, que será integrado por 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado de conformidade com a legislação vigente. **CAPÍTULO VI - Exercício Social: Artigo 16 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, com observância das prescrições legais, as quais serão apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, observado o que a respeito dispuseram a lei e este Estatuto. **Parágrafo 1º -** Do resultado apurado serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Sobre o lucro líquido verificado serão destacadas as quantias equivalentes às seguintes percentagens: **a)** 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que este alcance o limite previsto em lei; **b)** do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; **c)** após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos obrigatórios, a Diretoria poderá deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, pela destinação de até 100% dos lucros remanescentes do exercício findo para Reserva Estatutária, visando a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, até o limite de 80% (oitenta por cento) do valor do capital social. **Parágrafo 2º -** O saldo do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, consoante a proposta referida no "caput" deste Artigo, atendidas as prescrições aplicáveis. **Parágrafo 3º -** Ainda por deliberação dos Diretores, poderão ser declarados dividendos intermediários, com base em saldos existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 17 -** A Companhia levantará balanço geral em 30 de junho de cada ano, e poderá declarar, por deliberação dos Diretores, dividendos à conta do lucro apurado nesse Balanço. **Artigo 18 -** Os dividendos serão pagos dentro do exercício social, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que forem declarados, salvo se outro prazo tiver sido determinado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º -** As distribuições de ações novas em decorrência da capitalização de lucros ou reservas, se for o caso, serão efetuadas dentro do mesmo prazo a que se refere o "caput" deste Artigo. **Parágrafo 2º -** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos prescreverão em favor da Companhia. **CAPÍTULO VII - Liquidação: Artigo 19 -** A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral deliberar sobre modo de liquidação, eleger o Liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a liquidação, fixando-lhes as respectivas remunerações. **CAPÍTULO VIII - Disposições Finais: Artigo 20 -** Até a expedição da aprovação pelo Banco Central do Brasil, é vedada a realização de qualquer atividade, especialmente operações privativas das Instituições Financeiras, permitidas somente aquelas necessárias ao cumprimento do disposto no art. 7º do Regulamento Anexo I à Resolução 4.122, de 02/08/2012. São Paulo (SP), 17 de dezembro de 2015. **Hélio Rocholli** - Secretário.

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o Registro sob o número 80.000/16-2 em 22/02/2016 - Flávia Regina Britto - Secretária Geral em Exercício.